

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL - IPADES**

VALORAÇÃO DAS FLORESTAS SECUNDÁRIAS

Francisco Barbosa

Sócio Presidente - [IPADES](#)

Neste ano de 2011, eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional das Florestas, é importante que se dê atenção às Florestas Secundárias. Elas também são conhecidas por “Capoeira”. Surgem a partir de distúrbios naturais ou antrópicos – atividades agropecuárias e madeireiras – em áreas originalmente ocupadas por formações florestais, cujo abandono dá origem à formação natural da vegetação (sucessão natural), ou pelo manejo da vegetação (sucessão assistida). A primeira e mais comum de acontecer é uma estratégia de baixo custo para restaurar a vegetação nativa. Porém, as capoeiras, que são muitas, pois todo município as possui, são muito pouco conhecidas e valoradas – estudadas para lhes atribuir valor – pelas comunidades.

Todavia, nas diversas etapas de seu desenvolvimento são capazes de prover importantes recursos às populações tradicionais, à economia de produtos tradicionais e prestar serviços ambientais. As primeiras por proverem recursos necessários à sua subsistência devido às importantes funções que desempenham para a nutrição, medicina alternativa, segurança alimentar e econômica. À economia de produtos tradicionais com espécies madeireiras de rápido crescimento e de boa formação com alto valor econômico, principalmente para o uso nas carpintarias, marcenarias e carvoarias. Pelo papel de elevada importância em termos de serviços ambientais prestados – seqüestro de carbono, acúmulo de biomassa, controle de erosão, conservação de nutrientes, benefícios hidrológicos e manutenção da biodiversidade. Fixemo-nos na economia de produtos tradicionais e nos serviços ambientais.

Estudo realizado no município de Bragança-PA, pelos pesquisadores Fabrícia de Oliveira ALVINO, Manoela Ferreira F. da SILVA e Breno Pinto RAYOL, publicado na *Acta Amazonica*, volume 35, número 4, em 2005, em uma área de 1,5 hectares, encontrou a ocorrência de 103 espécies e 1961 indivíduos em um hectare numa floresta secundária de 30 anos, com os seguintes percentuais por grupo de uso dos indivíduos: 1) madeira de alto valor comercial, 27,4%; 2) madeira de baixo valor

comercial, 3,5%; 3) madeira para construção rural, 47,3%; 4) madeira para lenha, 3,9%; 5) frutos, 6,2%; 6) extrativos, 0,2%; 7) medicinal, 1,2%; 8) artesanal, 2,0%. Subtotal, 91,7% e sem uso conhecido, 8,3%.

Se os municípios possuem florestas secundárias, também possuem alguma carpintaria, marcenaria, ou carvoaria. São atividades econômicas que utilizam recursos naturais oferecidos pela floresta secundária, e que se empregado gera trabalho, emprego e renda a partir da matéria-prima local e de baixíssimo custo.

Florestas tropicais secundárias podem ser mais favoráveis para o manejo sustentável do que florestas primárias devido à sua alta abundância total e relativa de espécies úteis, maior proximidade de assentamentos humanos e estrutura etária mais homogênea. Para as gerações futuras é provável que essas florestas se tornem a principal fonte de madeira e recursos não-madeireiros.

O manejo de florestas secundárias apresenta-se com custos bem reduzidos. Não há praticamente investimentos em viveiros, mudas, plantios, defesa fitossanitária e nem adubação. Trabalha-se apenas para favorecer as espécies mais comerciais e os melhores indivíduos. Nessas condições, o retorno econômico é alto e dependendo da espécie vegetal trabalhada pode ser rápido. Também podem ser introduzidas espécies nativas de valor comercial alto.

O manejo sustentável das florestas secundárias tem sido postergado devido a abundância de espécies madeireiras na mata original – isto ainda hoje na Amazônia, não mais nos outros biomas – fazendo com que madeiras “menos nobres” e de dimensões menores produzidas nas capoeiras sejam negligenciadas. Mas, a crescente pressão pela manutenção das florestas primárias vem favorecendo e direcionando um melhor uso das florestas secundárias.

Quanto aos serviços ambientais, um dos mais importantes e que a floresta secundária presta com propriedade é o do seqüestro de carbono. Isto se deve ao crescente processo de fotossíntese que a mesma elabora no seu crescimento da biomassa.

Embora não tenham um preço estabelecido, os serviços ambientais são muito valiosos para o bem-estar e a própria sobrevivência da humanidade, pois dos serviços ambientais dependem as atividades humanas como, por exemplo, a agricultura (que demanda solos férteis, polinização, chuvas, água abundante, etc.) e a indústria (que precisa de combustível, água, matérias primas de qualidade etc.). Quanto trabalho

custaria para o agricultor fazer o serviço de polinização (que as abelhas fazem sem cobrar), levando o pólen a todas as plantas de sua horta e pomar? Quanto esforço e tempo seriam necessários para transformar toda a matéria orgânica que existe em uma floresta em nutrientes disponíveis para as plantas, se não existissem os seres da natureza (decompositores) que o fazem “de graça”? Quantas máquinas seriam necessárias para prestar o serviço de produzir oxigênio e purificar o ar, serviço que as plantas e as algas fazem diariamente? Quanto vale todos esses serviços que a natureza faz? Vale a existência da vida no planeta.

A continuidade ou manutenção desses serviços, essenciais à sobrevivência de todas as espécies, depende, diretamente, de conservação e preservação ambiental, bem como de práticas que minimizem os impactos das ações humanas sobre o ambiente. Leia-se, para as áreas antropizadas, a manutenção e exploração sustentável das florestas secundárias.

Se todos os serviços prestados pela natureza fossem contabilizados monetariamente, o valor da fatura seria algo em torno de US\$ 60 trilhões, segundo um estudo publicado na revista *Nature* em 1997. Em relação ao mercado desses serviços, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), estipulou para 2010, algo superior a 600 bilhões de dólares.

A Costa Rica é o primeiro país a estabelecer o pagamento de um valor básico por hectare preservado por agricultor. No Brasil, tramita no Congresso Nacional, Projeto de Lei que prevê a criação do Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Em São Paulo já funciona o mercado de serviços ambientais. Há uma empresa que identifica possíveis compradores dos serviços ambientais, e ao mesmo tempo, localiza produtores rurais que disponibilizam áreas para plantios florestais. Ela busca incorporar o mercado com o esforço de conservação.

Organismos internacionais, governos de nações, empresas privadas, organizações não-governamentais e a própria academia têm se debruçado no desafio de promover o desenvolvimento sustentável. Da busca por alternativas de desenvolvimento surge o conceito de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que vem lapidando políticas públicas de conservação ambiental em diversas partes do mundo.

No entanto, os serviços ambientais, embora essenciais, nunca foram incluídos nos cálculos. Isto porque nunca, na história da humanidade, chegou-se a um nível de degradação ambiental tão significativo quanto aos dias de hoje, ou seja, os serviços prestados pela natureza nunca foram notados porque sempre estiveram lá.

O PSA corrige esta omissão e viabiliza a conservação de florestas enquanto opção econômica. A idéia básica é remunerar quem preserva (direta ou indiretamente) o meio ambiente, pagar uma determinada quantia de dinheiro a quem mantém árvores em pé.

Desta forma, o proprietário de uma fazenda com produção agropecuária poderia substituir sua atividade econômica pela prestação de serviços ambientais, bastando, para tanto, recuperar e conservar o ecossistema original da propriedade. A sociedade brasileira sempre pagou para desmatar - os números do crédito rural subsidiado dos anos de 1960 e 1970 – bem espelha, num passado recente, esse comportamento. Chegou a hora de pagar para conservar, ou melhor, para receber os serviços ambientais.

Numa sociedade democrática e justa, o produtor rural, para assegurar a conservação dos recursos naturais deve ser recompensado pela sociedade que se beneficia disso. Mas qual é este custo? Para que o PSA tenha sentido, evidentemente, a preservação do meio ambiente tem de ser mais lucrativa do que sua destruição. Ou seja, os ganhos auferidos pelo prestador de serviços ecológicos têm de ser mais significativos do que o que seria potencialmente obtido com outras atividades econômicas. Esta equação, contudo, não é tão fácil de resolver.

Vale destacar, neste sentido, um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e Woods Hole Research Center, intitulado "Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento", que sugere que boa parte (algo próximo a 70%) do desmatamento da Amazônia poderia ser contido a um custo de US\$ 10 por tonelada de carbono. O cálculo conta, importante esclarecer, pressupõe um mercado de carbono no qual se obtém créditos com a redução do desmatamento, algo que não existe atualmente.

O mercado de créditos de carbono é, atualmente, o projeto de PSA mais difundido no mundo. Ele foi implementado pelo Protocolo de Kyoto e tem impactos diretos na mitigação do aquecimento global, o maior problema ambiental enfrentado pela sociedade nos dias de hoje. Mas existem diversos outros projetos e políticas públicas de conservação embasadas pelo PSA em curso no Brasil e no Mundo. Vejam-se alguns deles:

PROAMBIENTE. Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar criado em 2000 pela sociedade civil e incorporado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2003, premia com um terço de salário mínimo agricultores e pecuaristas que incorporam práticas menos impactantes em sua produção, como, por exemplo, a não-utilização de agrotóxicos ou a implantação de sistemas agroflorestais (SAF's);

ICMS ECOLÓGICO. Os Estados brasileiros repassam, por lei, 25% da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Alguns municípios criaram regulamentações que permitem alocar 5% deste repasse em projetos de preservação ambiental;

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL. Trata-se de uma “compensação” financeira aos impactos ambientais inevitáveis em empreendimentos - como, por exemplo, testes com químicos no mar para a perfuração de jazidas de petróleo -, paga aos Estados que, por sua vez, investem o dinheiro em projetos de preservação;

REPOSIÇÃO FLORESTAL. Voltado para empreendimentos madeireiros, trata-se de um mecanismo de fomento ao reflorestamento de áreas, seja através do cumprimento de regras de manejo florestal (só é permitido cortar uma parcela de árvores, e não todas), ou do pagamento de uma taxa de reposição, que irá financiar o reflorestamento em outras áreas;

ISENÇÃO FISCAL PARA RPPN's. Mecanismo que isenta do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR), proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's).

Em fase de implantação: existem outras políticas públicas de PSA ainda não implantadas, dependentes de aprovação ou regulamentação. É o caso, por exemplo, do imposto de renda (IR) ecológico, que propõe que um percentual do imposto devido pelos contribuintes possa ser investido em projetos ambientais. Também empresas privadas têm investido em projetos de PSA.

O que realmente se impõe é a conscientização da sociedade sobre três aspectos básicos dessa questão: 1) a necessidade da preservação ambiental; 2) o pagamento pelos serviços ambientais; 3) valoração e melhor uso das florestas secundárias. Essa conscientização deve começar pelos municípios, pois é lá que se encontram as Florestas Secundárias ou “Capoeiras”.

[IPADES](#)